

O comando militar da sucessão

O que Figueiredo conseguiu com sua fala?

Se a intenção do presidente Figueiredo foi assustar os políticos com seu pronunciamento de ontem pela TV — dizendo que não admitirá mais comícios como o de Goiânia, em que Tancredo Neves foi aplaudido por 400 mil pessoas — não teve sucesso: os oposicionistas trataram de elogiar a parte em que garantiu dar posse ao eleito pelo Colégio e consideraram “injustas” e “descabidas” as críticas do presidente aos comícios. Mas não deixou de causar algum espanto, como o do senador Pedro Simon, vice-presidente do PMDB: “Que é isso, piada?”

Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, foi dos que elogiaram Figueiredo por garantir que o resultado da eleição no Colégio será acatado. Mas reagiu com firmeza ao “veto” aos comícios.

— Os comícios da Aliança Democrática vão continuar. O nosso candidato Tancredo Neves tem o apoio popular. O candidato do PDS, Paulo Maluf, deve fazer o mesmo: ir às ruas procurar respaldo da sociedade, já que conta com o apoio do presidente Figueiredo.

O senador Jorge Bornhausen e os deputados Fernando Bastos, Saulo Queiroz, José Moura e Jaime Santana, da Frente Liberal, reagiram com tranqüilidade:

— O alto sentido de despreendimento com que o presidente João Figueiredo se portou foi exatamente o que faltou ao deputado Paulo Maluf para que o PDS tivesse um candidato à altura das necessidades e aspirações do País.

Fernando Bastos foi mais irônico ainda: “Estamos inteiramente de acordo com o presidente Figueiredo em sua repulsa aos extremismos. Por isso, somos contrários a Maluf, que representa a extrema direita do Brasil”.

— A Nação vai dormir tranqüila — observou Saulo Queiroz —, porque ficou convencida de que o presidente garantirá o itinerário de normalização política até a eleição e posse do novo presidente. Continuaremos levando nossa mensagem ao povo, nas praças públicas, para que ele amanhã possa cobrar dos governantes as mudanças prometidas e indispensáveis à consolidação da democracia.

O deputado Flávio Bierenbach, do grupo Sô-Diretas, estranhou o fato de Figueiredo considerar os comícios como “pressões ilegais”.

— O povo é pressão legítima.

Guerra psicológica

No Rio de Janeiro, as mesmas fontes militares que há quase um mês previram para o **Jornal da Tarde** o desencadeamento de uma “guerra psicológica” contra a candidatura Tancredo Neves disseram que ela vai continuar, movida por grupos malufistas com apoio do jornal **Letras em Marcha**, distribuído gratuitamente nas Forças Armadas.

Essas fontes, que se colocam como observadoras, disseram que o apoio dos ministros militares à candidatura de Paulo Maluf já era previsto, mas não é incondicional.

— O governo usará de todos os recursos possíveis para apoiar o candidato do PDS, mas até agora o presidente Figueiredo e os ministros militares não deram sinal de apoio à guerra psicológica contra Tancredo Neves. Mas também poderá chegar ao ponto de retirar a candidatura de Maluf, caso sua vitória se caracterize como inviável.

Segundo o militar, seus companheiros estão divididos em seis tipos de posições no processo sucessório: 1º — de apoio a Tancredo, por acreditarem que fará uma transação pacífica; 2º — de total neutralidade, por não quererem envolvimento das Forças Armadas com a política; 3º — de apoio a Maluf, por lealdade ao presidente Figueiredo; 4º — de apoio a Maluf, por acreditarem que é preciso manter um governo anti-esquerdista; 5º — de apoio a Maluf, para evitar muitas mudanças nos quadros do governo federal; 6º — de apoio a Maluf, em função do passado getulista e contrário à Revolução de Tancredo Neves.

Diante desse quadro, opina a fonte, a “coesão” militar só será mantida — e precisa ser mantida — na medida em que as Forças Armadas se mantiverem adstritas aos princípios e valores profissionais.

Aviso

O líder do governo, Nelson Marchezan, classificou o pronunciamento de Figueiredo como “coerente com o processo de abertura que ele constrói com tanto esforço”.

— O discurso contém um aviso aos navegantes. Ele não abre mão de conduzir o processo de abertura democrática, para que ele seja concluído com a consolidação das instituições. Não admite que o processo, em nenhuma etapa, sofra nenhum risco e se conclua com a eleição de 15 de janeiro.

O deputado Paulo Maluf fez um comentário protocolar, sem muito entusiasmo: “Foi a palavra de um democrata, coerente com todas as atitudes que tem assumido desde que iniciou a abertura política em 1979. O seu pronunciamento desta noite foi um chamamento sereno à consciência de todos os brasileiros em favor da conciliação, do respeito às regras e práticas civilizadas do convívio democrático, e pelo acatamento à lei, à ordem pública e à utilização de máquinas de governos estaduais na campanha político-partidária”.

Sem povo

O senador Alvaro Dias, presidente do PMDB do Paraná, estava intrigado com as idéias de Figueiredo: “É impossível construir a democracia sem ouvir a voz das ruas”. Fizeram coro a ele os ex-governadores Abreu Sodré e Antônio Carlos Magalhães, o líder peemedebista Humberto Lucena, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o líder petista Ayrton Soares, o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), primeiro-secretário da Câmara.

O vice-presidente Aureliano Chaves, pouco antes do pronunciamento de Figueiredo na TV, esteve na Câmara para as homenagens ao ex-deputado Israel Pinheiro e ainda estava impressionado com o comício de Goiânia, na sexta-feira: “Foi um grande comício. O povo saiu às ruas para aplaudir seu candidato”. Depois das críticas de Figueiredo, não quis mais fazer comentários, para não estabelecer novos confrontos com o presidente.

— E agora? — indagou-se Ayrton Soares. O governo não aceita o povo nas ruas nem pelas diretas nem pelas indiretas.

Alguns peemedebistas rebateram as acusações de gastos de governos estaduais com os comícios. “Desde o comício das diretas não se gastou nem 10% do que foi gasto só na convenção do PDS. Antes mesmo da convenção do PDS, os candidatos do governo vinham utilizando recursos federais, sem nenhuma crítica de Figueiredo”, disseram Simon e Dias.



Pires, Karam, Délio, Valdir: um general, um almirante e dois brigadeiros — os quatro ministros militares que, entre outras coisas, se comprometem a apresentar relatórios ao presidente e pedem mais peso à atuação do porta-voz do governo e uma ação mais “sofisticada” em favor de Maluf.

vitória a Maluf, e que prevê até mesmo a coação aos meios de comunicação. Ontem, Figueiredo foi à TV, por 11 minutos, em cadeia nacional, para atender ao apelo dos ministros. Os políticos reagiram com preocupação à tentativa de envolvimento dos militares no processo sucessório, mas chegaram até a elogiar o discurso de Figueiredo por garantir a posse do eleito. Uma surpresa, porém, estava reservada ao governo: Maluf agradeceu muito o apoio recebido, mas disse que sua vitória já estava garantida.

Brasileiros,
A Nação começa, nestes dias, a viver momentos decisivos para a consolidação definitiva do regime democrático em nosso país. Realizamos, há cerca de um mês, as convenções partidárias que consagraram os nomes dos candidatos à sucessão presidencial. Assistimos agora ao desenvolvimento das campanhas que buscamos conquistar, em 15 de janeiro de 85, a maioria de votos no Colégio Eleitoral.

A democracia é regime que exige alto sentido de despreendimento. Despreendimento para conter ambições pessoais. Despreendimento para submeter as próprias aspirações políticas aos interesses maiores do partido. Despreendimento para colocar os objetivos nacionais acima das paixões individuais e dos interesses regionais. Despreendimento para conter divergências e respeitar a vontade da maioria, quer no plano partidário, quer em âmbito nacional.

Nas eleições de 1982, cumprimos rigorosamente esses postulados. Em eleições livres e democráticas foram disputados os cargos políticos em todos os níveis. Garanti, em todo o País, nos termos da Constituição e da lei, a mais ampla liberdade de manifestação popular em comícios e através dos meios de comunicação. Encerradas as apurações, todos respeitamos, com despreendimento, os resultados das urnas.

Empossados os eleitos, observamos o princípio fundamental da democracia: o acatamento da vontade soberana do povo expressa na decisão da maioria.

Os representantes que os brasileiros elegemos em 1982 se reuniram, no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 85. Escolheram livre e soberanamente, nos termos daqueles mesmos postulados democráticos, o meu sucessor na Presidência da República.

Assim como assegurei a posse dos eleitos em 1982, garantirei o direito de voto no Colégio Eleitoral, livre de pressões e de constrangimentos ilegais. Estou certo de que os membros do Colégio Eleitoral decidirão com base nas idéias, nas metas, nas plataformas, nos programas, enfim, defendidos pelos candidatos.

A Nação espera e o Colégio Eleitoral necessita que o debate sucessório se concentre no exame da formulação e da defesa, por parte de cada candidato, de suas idéias, de suas metas, de suas plataformas de governo.

Os membros do Colégio Eleitoral decidirão, repito, com base nas idéias e nas plataformas dos candidatos. Conhecendo-as, todos os brasileiros julgaremos o acerto de sua decisão.

Abstive-me de exercer qualquer tipo de pressão, dentro do meu partido, em favor deste ou daquele candidato à Presidência da República. Deixei que o jogo político se desenvolvesse livremente no âmbito partidário para escolha deste ou daquele pretendente à minha sucessão. Recusei-me a indicar um nome para ser submetido à convenção, evitando transformar-me, como era da vontade de muitos, em eleitor privilegiado.

Guardei estrita neutralidade em face da disputa na convenção, disposto a aceitar sua deliberação, qualquer que ela fosse. Procedi pois com inteira isenção em face dos concorrentes que disputavam a preferência dos convencionais.

Manifestada, contudo, a vontade da maioria, exigia o princípio democrático que me curvasse ao veredicto das urnas. A opção pelo nome ungido da vontade majoritária, portanto, não foi minha: foi do meu partido.

O apoio que me cumpre prestar ao deputado Paulo Maluf traduz observância de princípio ético, imanente à vida política.

Estamos em época de crise, em período de mudança. Ninguém ignora que a crise é mundial. Estou certo de que a democracia é o processo pelo qual temos que resolver os nossos problemas. Fora da democracia não há salvação. O compromisso que assumimos com o sistema democrático na sua plenitude exige intransigência no seu aperfeiçoamento, que só se alcançará pela racionalidade dos métodos e a pureza dos princípios.

Coerente com esses valores, todos são testemunhas de que, durante meu governo, e em especial durante a campanha eleitoral de 1982, procurei sempre arregimentar apoios e consolidar vínculos somente com base na identidade de convicções, na coincidência de propósitos políticos e na defesa comum de princípios democráticos e sociais, de governo e de convivência, em que acredito.

Sempre cobrei, de correligionários, a mesma lealdade que lhes devo.

Sempre esperei de adversários o mesmo respeito com que os trato.

Lealdade e respeito são virtudes que me imponho e que desejo ver implantadas na vida pública do meu país.

Foi na segunda-feira, depois de receber os quatro ministros militares, que o presidente decidiu fazer um pronunciamento pela TV avisando que não tolerará mais comícios da oposição, como o de Goiânia — que reuniu 400 mil pessoas aplaudindo Tancredo Neves —, que representam um “constrangimento ilegal” ao Colégio Eleitoral. Essa atitude era uma das primeiras recomendações dos ministros militares, em documento entregue ao presidente, com a estratégia para dar a



Quando estiveram em jogo questões de importância política fundamental para meu partido e para meu governo, em nenhum momento cogitei de organizar grupos de pressão ou de fomentar movimentos de massa para coagir qualquer instituição em sua liberdade de deliberação.

Desde a aprovação do projeto de anistia, defendi e segui a linha da conciliação, repelindo os extremismos e condenando os radicais.

Por tudo isso, recuso-me a assistir impávido à preocupante e recente ameaça de ruptura dessas normas de comportamento político.

Condono o emprego maciço, flagrante e abusivo de recursos estaduais na promoção de comícios que têm o propósito deliberado de coagir o Colégio Eleitoral, como no processo que culminou no recente comício de Goiânia.

A presença acintosa, nessas reuniões políticas, de organizações clandestinas, defensoras de ideologias repudiadas pelo nosso sistema legal, constitui infração da ordem constitucional, que não podemos admitir.

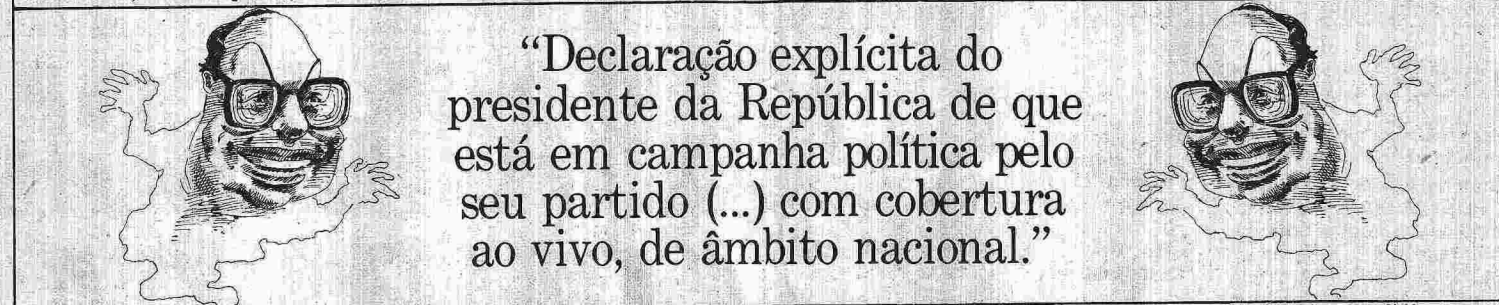
Deslustra e degrada os nossos costumes e os nossos foros de país civilizado o desrespeito demagógico à pessoa dos governantes. A crítica, que se lhes faça, tem limite nas regras de polidez e cortesia. Fora disso, mais do que as pessoas atingidas, sofrem as instituições, subverte-se o princípio de autoridade, perturba-se a normalidade do convívio democrático. Estou certo de que interpreto o sentimento da imensa maioria dos brasileiros ao rejeitar essa escalada negativista.

Desejo ver a campanha da sucessão presidencial incorporar, no método e no conteúdo, elementos que a convertam em fator de fortalecimento e de estabilidade das instituições democráticas. O momento é de construir futuro descomprometido com práticas políticas ultrapassadas.

Conclamo todos os cidadãos, e em especial os que detêm responsabilidades, seja na formulação, seja na divulgação e defesa das campanhas partidárias, a que obedeam a esse compromisso com a ordem pública de nossa Pátria.

Estarão colaborando assim para que se cumpra, com tranqüilidade, o rito constitucional. Estarão colaborando para que se complete, de forma pacífica e ordeira, o projeto de abertura que jurei levar a termo.

Muito obrigado.



Íntegra do documento dos quatro ministros militares entregue ao presidente Figueiredo:

“Sugestão de medidas imediatas

- 1 — Declaração explícita do presidente da República de que está em campanha política pelo seu partido, em reunião de todo o Ministério, com cobertura ao vivo, de âmbito nacional.
- 2 — Criar, sem comunicação oficial, um grupo coordenador de ações de campanha, a nível de governo, engajando na missão o presidente — o Gabinete Civil — o ministro da Justiça — o presidente do partido — os líderes na Câmara e no Senado.
- 3 — uniões sistemáticas dos quatro ministros militares, para acompanhamento do processo político e, também, para fins de comunicação social.
- 4 — Os ministros militares deverão submeter ao presidente da República suas avaliações periódicas em todos os campos.
- 5 — Dar a cada ministro da Casa uma missão

específica, para que não haja superposições.

6 — Restabelecer a credibilidade pública do porta-voz, pela valorização do peso de suas informações.

7 — Cobrar dos ministros civis relatórios periódicos de suas ações concretas em apoio ao candidato do governo.

8 — Exigir do ministro Mário Andreazza uma definição pública e sem subterfúgios de apoio real ao candidato do governo.

9 — Orientar o ministro Delfim quanto à conveniência de que as liberações de recursos aos Estados sejam previamente autorizadas pelo presidente, dentro de um plano de ação política junto aos governadores.

10 — Criar, sem comunicação oficial, um grupo encarregado de pressionar a imprensa, orientado pelo chefe da Casa Militar, com o apoio do Dentel - Receita Federal - SNI - e porta-voz.

11 — Uma estratégia de comunicação social mais agressiva e, principalmente, mais sofisticada que a existente.

12 — Fazer sentir, através do diálogo, aos presidentes das empresas de comunicação (TV - rádios - jornais - revistas - etc.) o desagrado do governo e as possibilidades das composições de mútuo interesse.

13 — Conscientizar todos os envolvidos que o tempo disponível é mínimo.

Objetivo final — contribuir efetivamente para a vitória do candidato do governo no Colégio Eleitoral em janeiro 85.

Objetivos parciais

- 1 — Dar ao presidente da República a centralização do processo.
- 2 — Transportar a união das Forças Armadas do campo das palavras para o das ações concretas.
- 3 — Harmonizar ações e opiniões dos ministros da Casa.
- 4 — Engajar os ministros civis e suas estruturas, em todos os níveis, no esforço de consecução do objetivo final.
- 5 — Vencer o bloqueio da imprensa contra o candidato e órgãos do governo.”

Uma tarefa bastante inglória

O engajamento mais agressivo do presidente Figueiredo na campanha de Paulo Salim Maluf, refletido por sua fala à Nação ontem à noite, deve-se, segundo observa nosso comentarista político Carlos Chagas, a quatro fatores: primeiro porque, “apesar do apoio retórico dado pelo presidente e pelo Ministério ao candidato, este continua caindo a olhos vistos e estaria derrotado se a eleição fosse hoje”.

Segundo: “Diante da apatia e de um óbvio desinteresse de expressivas figuras do governo diante da sorte da candidatura Maluf, entenderam os ministros militares como necessário um esforço comum”, por temerem, “mais do que os políticos, as consequências de uma vitória do candidato oposicionista”.

Terceiro: “Admite-se também que o governo se lance nessa empreitada infausta de trabalhar ainda mais por Maluf tendo em vista o projeto de abertura política do general Figueiredo. Na medida em que ele e seus ministros se empenham na campanha, fica óbvio que o jogo é para valer e afastam-se sombras sempre presentes de desestabilização do quadro sucessório, de golpes ou sucedâneos”.

O quarto motivo apontado por Carlos Chagas foi o “sinal dado por Maluf” através das duras críticas ao governo formuladas

por alguns de seus correligionários — críticas “por o governo não se estar empenhando como deveria”.

“Existirão outros capítulos desconhecidos e por aparecer, nessa sequência de esforços oficiais para levar Paulo Maluf à vitória. O próprio ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, não exclui a hipótese da decretação das medidas ou do estado de emergência para o período da reunião do Colégio Eleitoral, caso, em seu entender, as oposições se exaltem e tentem transformar Brasília num circo. Na verdade, não será bem assim, se for. O governo poderá muito bem encontrar pretextos para cercar o Congresso, reativar o general Newton de Oliveira e Cruz (credo) e promover a censura nas estações de rádio e de televisão. Isso impedirá que a opinião pública tome conhecimento do comportamento de muitos eleitores privilegiados ávidos de malufar, mas constrangidos pelas consequências de seu gesto. Até mesmo oposicionistas”.

Os partidários de Tancredo Neves travavam-se tranqüilos, ontem, mesmo diante da evidência da blitz desencadeada, e de seus inspiradores. Acreditam que um maior empenho do governo em favor de Paulo Maluf só fará assegurar ainda mais as regras do jogo, tornando-as impossíveis de refluxo. Em 1982 alguns oposicionistas afoi-

tos criticaram a presença do presidente Figueiredo nos palanques, em favor dos candidatos do PDS, mas foi aquela postura que garantiu a posse dos eleitos. Se, agora, a história se repete, a conclusão será pela irreversibilidade do quadro. Eles consideram pueris as acusações de agitação, baderna e radicalismo esquerdista na campanha e nos comícios de Tancredo. Coisa para La Fontaine, do lobo e do cordeiro. Em Goiânia, por exemplo, calculou-se em sete mil as bandeiras vermelhas desfraldadas, mas apenas duas eram do PC do B. As demais eram vermelhas porque as cores do PMDB são o vermelho e o branco, dizem. E quanto a discursos veementes, mesmo o de Tancredo Neves contra o descalabro e o desgoverno reinantes, poderiam até constituir excessos da política. Mas não constituem, porque a realidade é essa mesmo. As oposições não temem que, da aplicação das sugestões militares à campanha de Paulo Maluf, possa registrar-se uma alteração de expectativas eleitorais. A margem de que dispõem é ampla e aumentará para eles. Por mais que Paulo Maluf possa utilizar seus métodos peculiares de aliciamento de votos, não vai dar. Do que menos cogitam é de golpe ou de retrocesso, julgando não haver mais clima para isso, nem animus por parte do governo”.

O documento dos ministros militares ao presidente Figueiredo, sugerindo medidas radicais de apoio à candidatura Maluf, com ameaças e pressões, deixou os políticos estupefatos pelos termos em que está vazado. A intensidade do choque só deverá ser igualada pela surpresa do governo ao tomar conhecimento da reação do deputado Paulo Maluf ao documento.

Para os políticos, um momento de espanto.

O candidato do PDS tratou de deixar claro — em matéria de sua assessoria — que nada tem a ver com a iniciativa, que está muito satisfeito com todo apoio que recebe, mas que está “acostumado a trabalhar sozinho” e que sua “vitória já estava assegurada antes desse apoio”.

— Minha campanha é política e minha luta está baseada nos políticos. Cada um é responsável pelo que está fazendo. Agradeço os conselhos, pois sou humilde bastante para ouvi-los. Se cheguei até onde estou — sendo oposição dentro do meu próprio partido — não vim de pára-quebras. Se cheguei onde estou é porque tenho neurônios que funcionam rápido e uma antena na cabeça.

Fora o descaso de Maluf, contudo, havia grande preocupação entre os políticos, até mesmo por parte dos que diziam não estar preocupados. O vice-presidente Aureliano Chaves e o líder pedetista Brandão Monteiro recomendaram à Nação que fique atenta e vigilante.

No Rio, um experiente político ligado à Frente Liberal e com muitos contatos na área militar revelou que desde segunda-feira está informado de que os ministros militares, a pretexto de agitações e do comício de Goiânia, estariam forçando o presidente a decretar o estado de emergência.

— Soube também que o presidente resistiu e se negou a ir até esse ponto.

Esse político confessou-se assustado com os rumos radicais que estão sendo tomados, com o envolvimento dos ministros militares na campanha malufista. “Isso não ajuda em nada ao candidato do PDS, mas pode pôr em risco a autoridade do presidente Figueiredo. Se não pode ajudar Maluf — e é tarde demais para isso —, a quem ajudará? Parece que as conotações são mais sérias.”

Profissionalismo

Nos meios militares de Brasília também parece ter havido alguma surpresa com a divulgação do documento. O Centro de Comunicação Social do Exército não quis emitir comentários ou desmentidos. Mas seguiu várias fontes da área, as Forças Armadas continuam dispostas a não se envolver com a sucessão, apesar da posição assumida pelos ministros. “As Forças Armadas se limitarão a cumprir sua missão constitucional”.

Uma fonte assegurou que há riscos de radicalização do processo político através da ação de extremistas de direita e esquerda, mas observou em seguida: “Estamos preparados para enfrentar isso”.

O vice-presidente Aureliano Chaves recusou-se a admitir a existência de um plano militar para apoiar Maluf ou mesmo a hipótese de vir a ser impedido de assumir o governo numa eventualidade de ter de substituir o general Figueiredo.

— O povo brasileiro deve ficar atento para que a abertura não seja apenas uma palavra vã. A Constituição está aí para ser cumprida, e ponto final. A tradição das Forças Armadas é democrática e afinada com o sentimento médio do povo brasileiro.

Ao ser lembrado dos últimos pronunciamentos dos ministros militares contra a Frente Liberal e a candidatura Tancredo Neves, Aureliano observou ser necessário “indagar se estavam falando em nome das Forças Armadas ou em nome próprio”.

Normalidade

Entre os que procuraram não dar importância exagerada ao episódio, apesar de estarem preocupados, destacaram-se Ulysses Guimarães, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e José Sarney (PDS-MA), e o ex-governador Francisco Pereira, de Minas Gerais.

Ulysses disse não acreditar que as Forças Armadas possam dar respaldo à proposta de ameaça e pressão aos órgãos de divulgação, para forçá-los a não criticar Paulo Maluf.

— O País vive em clima de liberdade de imprensa e assim deve continuar. Qualquer ação governamental em sentido contrário atingiria diretamente a sociedade brasileira. Seria um golpe na opinião pública qualquer pressão contra a imprensa.

O senador Sarney, candidato a vice na chapa de Tancredo Neves, afastou qualquer possibilidade de um plano militar para apoiar Paulo Maluf. “Não acredito que isso ocorra. As Forças Armadas têm conduta apartidária e não se envolveriam com candidaturas”.

Francelino Pereira negou-se a crer no plano militar: “O País é civilizado, não dá para acreditar nisso”. O atual governador de Minas, Hélio Garcia, não deu importância à existência do plano dos ministros: “Se isso realmente acontecer, o resultado será o mesmo, porque a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral é irreversível”.

— Custo a acreditar — reagiu Pedro Simon — que o documento traduza o pensamento dos ministros e muito menos o sentimento das Forças Armadas brasileiras. Não parece ser esta a missão dos ministros militares. Mesmo assim, as oposições estão tranqüilas: Tancredo Neves será o vitorioso, independentemente das medidas que o governo venha a adotar.

O líder governista Nelson Marchezan, com algum constrangimento, evitou uma resposta direta a perguntas sobre o documento dos ministros. “Acho natural que o presidente João Figueiredo empreste apoio ao candidato de seu partido. A posição dele ficou muito clara em Cuiabá e é inatacável. Apóia o candidato e acata a decisão do Colégio Eleitoral”.

O senador malufista João Lobo (PDS-PB) reagiu como seu líder: “Com ou sem plano, o Maluf vai ganhar. Acredito em sua competência. Agora, podemos cruzar os braços para assistir à briga de dois profissionais”.

— O Tancredo vai perder, isso vai — continuou —, mas merece uma estátua em praça pública. Se ele não fosse candidato, legitimando o Colégio, e se as oposições tivessem prosseguido na sua campanha popular pelas diretas-já com aquele ímpeto, o País teria pegado fogo. Se não fosse sua credibilidade e seu papel, não sei o que aconteceria.

Outros parlamentares da Frente Liberal deram opinião totalmente contrária: “Não há apoio do governo que salve Maluf. Ele está liquidado. Se não, por que o deses- pero?”